

As Origens do

Trabalhismo Brasileiro



Cartilhas Trabalhistas
Vol.6

José Augusto Ribeiro





Alberto Pasqualini

Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini



AS ORIGENS DO TRABALHISMO BRASILEIRO

Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini

Sede Nacional Brasília - PDT

SAFS, Quadra 02, Lote 02/03

CEP: 70.042-900 - Brasília-DF

Tel: (61) 3224-9139 / 3224-0791

www.pdt.org.br

secretarianacional@pdt.org.br

Twitter: [pdt_nacional](#)

Sede Nacional Rio de Janeiro - FLB-AP

Rua do Teatro, 39 -2º andar, Centro

CEP: 20.050-190, Rio de Janeiro-RJ

Tel: (21) 2232-0121 / 2232-1016

www.flp-ap.org.br

www.ulb.org.br

secretaria@flb-ap.org.br

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610)

José Augusto Ribeiro

Jornalista e historiador

Membro do Diretório Nacional e Estadual do PDT-RJ.

AS ORIGENS DO TRABALHISMO BRASILEIRO

MENSAGEM DO PRESIDENTE

O desafio de consolidar a legislação trabalhista de 1º de maio de 1943 e também as diretrizes programáticas da Revolução de 30, obrigava, necessariamente, a criação de um partido que representasse os interesses nacionais e dos trabalhadores. Mais que uma ação direta estimulada pela sensibilidade política do Presidente Getúlio Vargas, a fundação do Partido Trabalhista Brasileiro, em maio de 1945, foi uma consequência do processo de exploração das classes trabalhadoras e da espoliação econômica, sofrida por séculos, pelo nosso país.

Darcy Ribeiro, em seu trabalho intitulado *Nossa Herança Política*, analisa o trabalhismo brasileiro em três fases distintas e, ao mesmo tempo, complementares: a primeira, com Getúlio Vargas, caracterizada pela ruptura com o modelo político, econômico e social até então vigente e pela modernização e consolidação do Estado nacional. A segunda, com João Goulart, que eleva o trabalhismo a uma condição reformista, culminando com o envio da Mensagem Presidencial ao Congresso em 15 de março de 1964. Entre as *Reformas de Base* propostas, destacavam-se a Lei de Remessa de Lucros ao exterior, onde empresas estrangeiras poderiam remeter as suas matrizes até 10% do capital total investido no país e a Lei de Reforma Agrária, que delimitava porções de terras devolutas nas encostas de rodovias federais aos camponeses sem terra. A terceira, e não menos importante, com Leonel Brizola, que, resguardando os preceitos de ruptura e nacionalismo de Vargas e do reformismo de Jango, assume o socialismo democrático como doutrina ideológica e conduz o trabalhismo, já representado pelo PDT, a integrar a Internacional Socialista, entidade que congrega partidos socialistas, trabalhistas e social democratas de todo o mundo e da qual era o Vice-presidente.

Para Brizola, o trabalhismo brasileiro era resultado de suas próprias experiências, lutas, vitórias e derrotas, definindo-o assim como algo autóctone, ou seja, oriundo do que é natural da própria região, sem influência externa.

A Fundação Leonel Brizola – Alberto Pasqualini sente-se honrada em publicar o trabalho *As Origens do Trabalhismo Brasileiro*, coleção *Cartilhas Trabalhistas*, de autoria do jornalista e historiador José Augusto Ribeiro. Nosso objetivo é o de resgatar a história que foi suprimida dos livros escolares pela ditadura militar e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e humana.



Manoel Dias
Presidente Nacional da FLB-AP



FUNDAÇÃO LEONEL BRIZOLA - ALBERTO PASQUALINI (FLB-AP)

Conselho Curador

Carlos Lupi

Presidente

Direção

Manoel Dias

Presidente

André Figueiredo

Vice- presidente

Luizinho Martins

Tesoureiro

Clairton Schardong

Sec. Geral

Equipe Técnica

Ades Oliveira

Airton Amaral

André Menegotto

Célia Romeiro

Flávia Rochet

Leonardo Zumpichiatti

Luiza Ponte

Michele França

Pamela Fonseca

Ricardo Viana

Apoio Editorial e Revisão Ortográfica

André Menegotto

Célia Romeiro

Flávia Rochet

FC Leite Filho

Assessoria de Comunicação

Christina Pacca

FC Leite Filho

Edevaldo Pereira

Gal Leal

Osvaldo Maneschy

Paulo Ottaran

Rafael Machado

Design Gráfico e Diagramação

Michele França



*“O Trabalhismo, é o caminho Brasileiro
para o socialismo”*

Leonel Brizola

Apresentação

Este trabalho foi inspirado pessoalmente por Leonel Brizola, ao sugerir ao autor a elaboração do livro que viria a ser publicado em três volumes, em 2001, com o título *A Era Vargas*. A sugestão original de Brizola era a de uma espécie de manual do trabalhismo, o que o autor não conseguiu fazer, por não ter qualquer experiência de professor. A conselho de Neiva Moreira, então 1º. Vice-Presidente nacional do PDT, o autor passou a fazer o que achava saber:

- Você é jornalista – disse Neiva. – Faça reportagem.

A sugestão de Brizola e o conselho de Neiva resultaram na longa série de reportagens que seria *A Era Vargas*, livro hoje completamente esgotado. Este trabalho retoma alguns dos temas desse livro, e começa, aliás, por uma afirmação de Brizola ao autor, na primeira conversa que tiveram sobre o projeto do livro.

Brizola não quis dar qualquer entrevista formal para o livro. E, ao receber o texto provisório dos primeiros capítulos, decidiu que não os leria nem comentaria. “Qualquer comentário meu – disse ao autor – será uma invasão da tua liberdade.” Frase de extraordinária delicadeza, de que alguns adversários não imaginariam Brizola capaz. Mas ele era capaz - e contumaz - de delicadezas ainda maiores. Por extensão, qualquer entrevista dele seria uma interferência, embora oblíqua, nessa mesma liberdade.

Nessa primeira e longa conversa, ele fez questão de insistir em sua afirmação de que o trabalhismo brasileiro não era uma cópia do trabalhismo britânico, era originalmente e visceralmente brasileiro. Ele próprio era testemunha disso e dos acontecimentos no Brasil, na época em que o próprio Getúlio Vargas desmontava a ditadura do Estado Novo¹:

Ele [Brizola], jovem estudante, era naturalmente contra a ditadura. Todos eram – até Getúlio Vargas, o Presidente da República e chefe do Estado Novo.

Ao surgirem os novos partidos, alguns sabem logo onde situar-se, de acordo

¹ V. O encontro com o PTB e com *Getúlio Vargas*, do autor, na série “Cadernos Trabalhistas” do MAPI, Movimento dos Aposentados, Pensionistas e Inativos, do PDT, dirigido por Maria José Latgé.



José Augusto Ribeiro
Jornalista e historiador

Membro do Diretório Nacional e Estadual do PDT-RJ



Leonel Brizola

ou com suas convicções ou com suas conveniências – e até, em alguns casos, de acordo com ambas.

Não os jovens. Especialmente um como Leonel Brizola, que chegara adolescente a Porto Alegre, movido pela obsessão de estudar, que fora engraxate e carregador de malas na estação da estrada de ferro e administrador da balança de uma farmácia - e mais tarde diria que por pouco escapara de tornar-se um pequeno marginal, o que explicaria outra de suas obsessões: abrir escolas, criar oportunidades para crianças, adolescentes e jovens sem horizontes, como ele era ao partir para a grande cidade.

Não eram apenas jovens inexperientes politicamente, mas jovens profundamente vividos, como Leonel Brizola, que nesse momento procuravam um caminho.

O jovem Leonel Brizola não precisou procurar muito. Dos partidos que surgiam, ele viu que não pensava como eles. Moço, estudante, independente, vivido e curtido na adversidade, opunha-se ao Estado Novo, mas não se sentia identificado com os partidos que surgiam, de um lado os partidos conservadores, do outro o comunista, com seus dogmas e fetiches.

Do lado conservador, situavam-se os partidos das elites, sobretudo a UDN oposicionista e o PSD governista.

Dos conservadores, Brizola diria:

- Eram todos a mesma coisa. O pessoal dos punhos de renda.

Eram todos a favor de uma situação, ou melhor, de um modelo econômico que jovens como ele queriam mudar.

No espectro de escolhas que se oferecia aos jovens de 1945, destacava-se o Partido Comunista, que lutava pelos pobres, pelos trabalhadores – e estava associado às lutas contra a barbárie nazi-fascista, desde a Guerra Civil Espanhola, a partir de 1936, e especialmente na Segunda Guerra Mundial, com a resistência na França, dos partisans na Itália, os guerrilheiros de Tito na Iugoslávia e a oposição de todos os povos da União Soviética à invasão de sua terra desde junho de 1941.

Mas o Partido Comunista era uma escolha intelectual, doutrinária, sectária

e excludente: em 1945, era muito mais uma escolha para intelectuais em desconforto de consciência que uma escolha para jovens que tivessem, literalmente, como no verso dessa época de Carlos Drummond de Andrade, “duas mãos e o sentimento do mundo”.

- Para tudo - diria Brizola já perto dos 80 anos - eles tinham resposta pronta. Qualquer que fosse a questão, democracia, petróleo, siderurgia, reforma agrária, eles puxavam um polígrafo com a resposta. Não havia o que discutir.

Polígrafo era o nome que se dava, em algumas escolas de ensino superior, a textos mimeografados, isto é impressos a partir de matrizes datilografadas ou mesmo manuscritas, em folhas ou lâminas de um papel especial que deixava os caracteres em relevo, permitindo sua reprodução em equipamentos chamados pantográficos ou mimeógrafos.

Por ser pequeno, pouco maior que uma máquina comum de escrever, e, assim, facilmente camuflável, o mimeógrafo fazia parte do enxoval de muitas organizações e de muitos militantes clandestinos, inclusive comunistas. Servia sobretudo para imprimir manifestos e documentos políticos, e até pequenos jornais, mas também para produzir os polígrafos que davam resposta pronta a qualquer dúvida ou indagação do jovem Leonel Brizola.

Nessa gritaria de ofertas, Leonel Brizola e outros jovens estudantes foram atraídos por outro chamado, quase silencioso, de um grupo de trabalhadores, sindicalistas, que numa pequena sede no centro antigo de Porto Alegre formavam aquilo que viria a ser a seção local do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB.

Brizola e seus companheiros de juventude andavam por Porto Alegre, em busca de um destino, e afinal cruzaram com uma passeata de homens maduros, modestamente vestidos, que exibiam cartazes igualmente modestos em defesa das leis trabalhistas do Presidente Vargas e da preservação de seu projeto nacionalista de desenvolvimento.

Seguindo a passeata, Leonel Brizola e seus companheiros estudantes chegaram aos altos de um sobrado tão modesto quanto a roupa e o rosto daqueles homens. Era a sede do PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro, que começava a ser organizado por um grupo de líderes sindicais. Aparentemente não havia pantógrafos e a discussão era livre.



Leonel Brizola



Em agosto de 1945, Leonel Brizola estava filiado ao PTB - ao qual pertenceria até sua extinção, em 1965, junto com todos os demais partidos, pelo segundo Ato Institucional do ciclo militar iniciado em 1964.

Para o autor, essas revelações de Brizola eram como que a pista para um perdigueiro – o que um repórter não deixa de ser (em geral, sem a mesma competência). Foi atrás dessa pista e de outras – e teve sorte. Como Brizola não queria dar qualquer entrevista ou fazer qualquer comentário, foi preciso acompanhar seus frequentes pronunciamentos. Cada vez que Brizola presidia alguma reunião do PDT ou da Fundação Alberto Pasqualini, para discutir questões do futuro ou do presente, o passado enfiava-se em sua exposição e lá vinham a lembrança e o testemunho de acontecimentos do passado – lembrança e testemunho que balizaram as muitas pesquisas a que se entregou o autor.

Brizola – deve o autor dizer com muito orgulho – gostou do resultado, vendo nele a leitura, “do nosso ponto de vista”, dos acontecimentos que percorrem A Era Vargas. Nem o tamanho do livro, três volumes, assustou-o. Antes desse livro, o monumental “O Ciclo de Vargas”, de Hélio Silva, saíra em 16 volumes.

Uma noite, no Rio, Brizola recepcionou, naturalmente numa boa churrascaria, uma grande delegação chinesa, presidida por um ministro ou vice-ministro do Comércio da China Popular, e convidou o autor para estar presente. Os chineses adoraram aquela abundância de carne, mas adoraram ainda mais as caipirinhas de todas as frutas imagináveis. No fim do jantar houve uma simpática troca de presentes – e o autor ganhou uma bela gravata vermelha de seda, com o desenho de furiosos dragões soltando fogo pelas ventas. O presente de Brizola ao ministro chefe da delegação foram os três volumes de A Era Vargas, acompanhados de uma sugestão:

- Vocês deviam publicar este livro na China. Vai ser muito útil.

Diante de um gesto assombroso como esse, de tanta ousadia e generosidade, o autor só pode acrescentar que pede licença para dedicar este trabalho à memória das duas pessoas que mais tiveram influência sobre ele e mais decisivamente atuaram para que ele viesse a existir – Leonel Brizola e Neiva Moreira.

Neiva Moreira

Com muita saudade e muita emoção.

Sumário

PARTE I

A questão social não era caso de polícia

- | | |
|--|-----------|
| 1. Uma cópia do trabalhismo britânico? | 16 |
| 2. A questão social existe, sim! | 18 |
| 3. A Revolução de 1930 retoma as propostas de José Bonifácio | 27 |
| 4. Abolicionistas e republicanos | 39 |



PARTE I

A questão social não era caso de polícia

- Uma cópia do trabalhismo britânico?
- A questão social existe, sim!
- A Revolução de 1930 retoma as propostas de José Bonifácio
- Abolicionistas e republicanos



Getúlio Vargas

1. Uma cópia do trabalhismo britânico?

Por muito tempo ouvimos dizer que o trabalhismo brasileiro, originalmente o do PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro fundado em 1945 por inspiração de Getúlio Vargas, e depois o do PDT, fundado por Leonel Brizola em seguida à anistia e à reforma partidária de 1979, era uma cópia do trabalhismo britânico, que assumira o poder na Inglaterra em julho de 1945, vitorioso na primeira eleição geral naquele país depois da Segunda Guerra Mundial.

Não teria nada demais o PTB ter sido fundado em 1945 por inspiração do Partido Trabalhista britânico, que realizava uma obra notável de avanços sociais e econômicos, sob a liderança do Primeiro-Ministro Clement Attlee.

Acontece, porém, que o PTB brasileiro já existia desde maio, e Attlee só venceu as eleições na Inglaterra em julho de 1945. Até a convocação dessas eleições, o trabalhismo inglês, o *Labour Party*, era caudatário do governo de coalizão, o chamado governo nacional do ainda Primeiro-Ministro Winston Churchill, líder do majoritário Partido Conservador.

Depois de vencer as eleições de julho e tornar-se Primeiro-Ministro, mas sobretudo depois de pôr em prática suas propostas econômicas e sociais, Attlee tornou-se uma estrela com luz própria, deixando de ser um satélite de Churchill. Entre as medidas revolucionárias de seu governo estavam a nacionalização da energia elétrica, das minas de carvão e das ferrovias, e, no plano social, a criação do Serviço Nacional de Saúde, a socialização da medicina, que deu ao povo britânico um sistema de assistência médica de fazer inveja até hoje.

Um sistema de assistência médica gratuita que a própria Margaret Thatcher, a Dama de Ferro, teve medo de extinguir, já na década de 1980, trinta e cinco anos depois. Esse fato foi revelado a um grupo de jornalistas brasileiros¹ por Felipe Gonzáles, então Primeiro-Ministro da Espanha, em visita a São Paulo.



¹ Entre os quais o autor deste trabalho.

Felipe Gonzáles convivia com Thatcher nas reuniões da OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, e outras entidades européias e um dia resolveu partir para uma provocação:

- Você – disse ele a Thatcher – prometeu privatizar tudo e privatizou quase tudo. Mas por que não acabou com o Serviço Nacional de Saúde?

Felipe era simpático e insinuante, mesmo ao partir para uma provocação como essa, e Thatcher não se ofendeu. Ao contrário, foi simpática, no mínimo para fazer um agrado às convicções socialistas de Felipe. E respondeu:

- No dia em que tomei posse, pedi a meu Ministro da Saúde que em duas semanas me apresentasse um plano de privatização da saúde pública. Uma semana depois ele me procurou e alertou: vai ser um perigo acabar com o Serviço Nacional de Saúde, porque não temos nada para colocar no lugar dele. Resolvi manter o Serviço e recomendei que o ministro ficasse quieto. A oposição trabalhista é que não ia cobrar a privatização.

Com o tempo, a medicina privada foi avançando, protegida pelos ventos gerais do arrastão neoliberal e muito se perdeu da medicina socializada do governo trabalhista de 1945. Mas na década de 1980 nem a Dama de Ferro, Margaret Thatcher, teve a ousadia de acabar com ela.

Não seria desdouro, portanto, o trabalhismo brasileiro ter por inspiração o trabalhismo britânico.

Aliás, não teria cabimento o PTB brasileiro ignorar a ação do governo trabalhista na Inglaterra. Mas foi só em 1948, quando Getúlio Vargas teve de assumir pessoalmente a presidência nacional do PTB, em virtude de conflitos regionais dilacerantes, que ameaçavam a própria sobrevivência do partido, que o PTB interessou-se em ter mais informações sobre o trabalhismo britânico. A pedido de Getúlio, o Vice-Presidente nacional do PTB, Salgado Filho, solicitou ao diplomata brasileiro Pio Correia, então servindo na embaixada do Brasil em Londres, documentos e informações a respeito do governo e do Partido Trabalhista na Inglaterra.

A título de curiosidade, convém registrar que o diplomata Pio Correia, depois adversário do governo João Goulart e, como embaixador no Uruguai, encarregado de patrulhar e perseguir Jango e Leonel Brizola, tinha servido no Gabinete Militar do primeiro governo Vargas. Por isso, empenhou-se em atender pronta e integralmente ao pedido de informações de Salgado Filho.

Além do fato de o PTB ter sido fundado meses antes da instauração do governo Attlee na Inglaterra, havia outros antecedentes a demonstrar a improcedência da suposta subordinação do trabalhismo brasileiro ao trabalhismo britânico.

O PTB brasileiro, fundado em 1945, era herdeiro direto da Revolução de 1930 e do primeiro governo do Presidente Getúlio Vargas, sobretudo de seus avanços sociais, econômicos e políticos – como a legislação trabalhista, o voto secreto, o voto feminino, a multiplicação da escola pública, os projetos de Volta Redonda (siderurgia), Paulo Afonso (energia hidrelétrica) e da indústria do petróleo .

A Revolução de 1930 e o primeiro governo Vargas eram, por sua vez, herdeiros das propostas e realizações do Partido Republicano Riograndense, o PRR, um partido não só republicano como apaixonadamente abolicionista, fundado em 1882. Se o trabalhismo era herdeiro do PRR, este, de novo, era anterior ao Labour Party britânico, que só seria fundado na década de 1890.

Assim como a Revolução de 1930, o PRR não nasceu do nada. Nasceu da efervescência das idéias republicanas no Brasil, na segunda metade do século 19, e, sobretudo, dos impulsos da campanha abolicionista nesse período. A campanha republicana e a campanha abolicionista eram alimentadas, ideologicamente, pelo fermento do positivismo e das outras correntes filosóficas e científicas que renovavam o conhecimento humano e desafiavam o pensamento conservador em toda a Europa e, também, no Novo Mundo.

Esse encadeamento de heranças será melhor compreendido se adotarmos como ponto de partida nesta discussão um documento fundamental do que hoje podemos chamar a Era Vargas: a plataforma da Aliança Liberal, ou seja, da candidatura de Getúlio Vargas à Presidência da República nas eleições de 1º. de março de 1930, plataforma lida em comício na Esplanada do Castelo, no Rio, na noite de 2 de janeiro desse ano.

2. A questão social existe, sim!

Esse encadeamento na Plataforma da Aliança Liberal, Getúlio afirmara, contestando a posição do então Presidente Washington Luís, que a questão social existia, sim, e teria de ser enfrentada com urgência e coragem:

- Não se pode negar – disse Getúlio - a existência da questão social no Brasil, como um dos problemas que terão de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos. O pouco que possuímos em matéria de legislação social não é aplicado ou só o é em parte mínima, esporadicamente, apesar dos compromissos que assumimos...

Por uma razão, Getúlio, na plataforma, tinha de afirmar essa verdade óbvia, da existência da questão social no Brasil, existência não só naquele momento, mas desde sempre – pelo menos desde o Brasil-Colônia, com a escravização, primeiro, das populações indígenas (e com o genocídio destas) e depois com a escravização do negro capturado na África e de seus descendentes. Nesse regime escravagista é claro que não havia leis de proteção à minoria de trabalhadores livres e assalariados (e muito menos aos escravos).

A razão que exigia de Getúlio reafirmar a verdade óbvia da existência de uma questão social era que o Presidente Washington Luís negava a existência dessa questão e chegara a afirmar, por outras palavras, que ela era apenas caso de polícia.

Washington Luís não dissera isso literalmente, mas dissera a mesma coisa, de outra maneira, em sua plataforma de governo, em 1926, quatro anos antes.

A eleição anterior, de Arthur Bernardes, fora precedida e seguida de violentos atos de contestação, como a revolta de 5 de julho de 1922 no Forte de Copacabana, no Rio, a revolução de 5 de julho de 1924, em São Paulo, e a Coluna Prestes, de 1924 a 1926. Com exceção de poucos meses, Arthur Bernardes atravessara seus quatro anos de mandato presidencial com o país em estado de sítio, com censura feroz à imprensa e centenas, talvez milhares de presos políticos.

Depois desses quatro anos de tensão e violência, Washington Luís aparecia (e parecia) simpático, bonachão, com fama de grande realizador, adquirida em seu período de governador de São Paulo: uma verdadeira promessa de paz e progresso. Esperava-se até que ele concedesse anistia aos civis e militares processados e condenados pelas revoltas iniciadas em 1922, ainda no governo de Epitácio Pessoa, antes da posse de Bernardes.

Já, porém, em sua plataforma de candidato à Presidência, apresentada em fins de 1925 (a eleição seria em março de 1926), Washington Luís começara a decepcionar aqueles que depositavam esperanças em sua presidência. Seus amigos e especialmente os inimigos de Getúlio Vargas tentaram depois desmentir,

e tentam ainda hoje, que Washington Luís tivesse considerado a questão social simples caso de polícia.

A verdade, preservada em documentos, livros e jornais, é que nessa plataforma de 1925 ele dissera, com todas as letras:

- ... entre nós, a questão operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que à ordem social...²



Era o mesmo que dizer que a questão social era caso de polícia. Um jornalista europeu chamado Wanderwelt, que estava no Brasil, leu essa frase, espantou-se com ela e traduziu-a desta forma: “a questão social é caso de polícia”. Pior, não foi desmentido nem por Washington Luís nem por seus amigos - nem pelos fatos subsequentes.

Washington Luís, diante da reação veemente a essa espantosa declaração, prometeu que apresentaria algumas leis de proteção ao trabalho. Mas seu governo foi o oposto disso: foi o governo das leis compressoras, da chamada lei celerada, ou lei bandida, que vinha do governo Epitácio Pessoa, uma lei de repressão a atividades supostamente subversivas, mas usada, na prática, para impedir virtualmente todas as formas de luta social e particularmente o funcionamento dos sindicatos. Foi um governo para o qual, na verdade, a questão social, a questão política, a questão econômica eram, todas elas, simples casos de polícia.

A candidatura oposicionista de Getúlio Vargas não surgira por causa da polêmica da questão social, mas por um conjunto de razões em que, de início, a questão social não era das maiores frações. Mas, a partir do comício da Esplanada do Castelo, no qual Getúlio afirmara a existência e a urgência da questão social, ela cresceu exponencialmente, sobretudo com a visita do candidato a São Paulo, onde leria de novo a plataforma e onde foi recebido por tal massa de trabalhadores e trabalhadoras dos bairros operários (a cidade já tinha muitas mulheres operárias, principalmente na indústria têxtil) que essa manifestação espantou e assustou até os políticos tradicionais que o apoiavam nesse Estado.

A eleição presidencial foi fraudada, como se esperava, e seguida pela revolução, que levaria Getúlio Vargas ao poder. Assim como na candidatura de Getúlio Vargas, na revolução a questão social era, de

²Rosa Maria Barbosa de Araújo . O Batismo do Trabalho, a experiência de Lindolfo Collor, Rio, Civilização Brasileira, 1981, p.46.

início, apenas uma fração, que se compunha com a revolta pela fraude, em extensão jamais vista antes, pelas violências do governo na campanha eleitoral (em extensão também jamais vista antes) e, é claro, pela situação econômica do Brasil, profundamente atingido pela crise econômica mundial decorrente do crash da Bolsa de Nova York em 1929.

Mas o avanço militar da revolução e o apoio popular que recebia em todo o país mostravam como a questão social tornava-se, em seu contexto, cada vez maior.

O DISCURSO DE POSSE DE GETÚLIO VARGAS

Em seu discurso de posse na Presidência, vitoriosa a Revolução, Getúlio disse:

- O movimento revolucionário, iniciado, vitoriosamente, a 3 de outubro foi a afirmação mais positiva que até hoje tivemos de nossa existência como nacionalidade. Em toda a nossa história política não há, sob esse aspecto, acontecimento semelhante. Ele é efetivamente a expressão viva e palpitante da vontade do povo brasileiro, afinal senhor de seus destinos e supremo árbitro de suas finalidades coletivas.

- No fundo e na forma, a Revolução escapou, por isso mesmo, ao exclusivismo de determinadas classes. Nem os elementos civis venceram as classes armadas, nem estas impuseram àqueles o fato consumado. Todas as categorias sociais, de alto abaixo, sem diferença de idade ou de sexo, comungaram de um idêntico pensamento fraterno e dominador: a construção de uma Pátria nova, igualmente acolhedora para grandes e pequenos, aberta à colaboração de todos os seus filhos.

- O Rio Grande do Sul, ao transpor as suas fronteiras, rumo a Itararé, já trazia consigo mais da metade do nosso glorioso Exército. Por toda parte, como, mais tarde, na Capital da República, a alma popular confraternizava com os representantes das classes armadas, em admirável unidade de sentimentos e aspirações.

- Realizamos, pois, um movimento eminentemente nacional.³

Depois dessa explicação e justificação do movimento revolucionário que o levava ao poder, Getúlio passa a tratar das responsabilidades do governo que assume nesse momento.

³ Getúlio Vargas, A nova Pílitica do Brasil, Rio, ed. José Olympio, volume I, 1938, pgs.69 e seguintes.

- Passado, agora, o momento das legítimas expansões pela vitória alcançada, precisamos refletir, maduramente, sobre a obra de reconstrução que nos cumpre realizar. Para não defraudarmos a expectativa alentadora do povo brasileiro; para que este continue a nos dar seu apoio e colaboração, devemos estar à altura da missão que nos foi por ele confiada.

- Ela é de iniludível responsabilidade. Tenhamos a coragem de levá-la a seu termo definitivamente, sem violências desnecessárias, mas sem contemplações de qualquer espécie.

- O trabalho de reconstrução que nos espera não admite medidas contemporizadoras...

Não era só de reconstrução o trabalho à espera do novo governo. Era, sobretudo, de construção. Getúlio resume, então, em 17 itens, as idéias centrais de seu programa de governo. Começa pela concessão da anistia, que reclamara, com veemência, na plataforma da Aliança Liberal, em janeiro.

Os anos turbulentos e violentos dos governos de Epitácio Pessoa e Artur Bernardes, antes do governo de Washington Luís, tinham provocado episódios como a revolta dos 18 do Forte (de Copacabana), em 5 de julho de 1922, ainda no governo Epitácio; o segundo 5 de julho, em 1924, que chegara a dominar a cidade de S. Paulo; e a Coluna Prestes, de 1924 até o fim de 1926, que, se outro mérito não tivesse, teria o de exibir ao país legal, de tantas fantasias, o país real de tanto atraso, tanta miséria e injustiça.

Washington Luís assumira a Presidência, candidato de conciliação como praticamente fora, sem qualquer adversário para valer, sob a expectativa de realizar um governo de descontração, o que começaria pela decretação da anistia, esperança de milhares de famílias, de militares envolvidos nas lutas do tenentismo, e de milhares de civis perseguidos e processados por essas lutas e também por envolvimento em campanhas reivindicatórias ligadas não à questão militar mas à questão social.

No momento da posse de Washington Luís, e esperando pela anistia, a própria Coluna Prestes se desfizera, internando-se na Bolívia. Infelizmente Washington Luís não foi capaz de compreender nada disso. Não concedeu a anistia e aplicou com todo o rigor a legislação repressiva que encontrou em vigor, vinda dos anos e das décadas anteriores.

Quatro anos depois, era natural que, vitoriosa a Revolução de 1930, seu governo provisório colocasse em primeiro lugar a decretação da anistia. Em seguida a ela, Getúlio mencionava, em seu discurso de



posse, metas como a criação do Ministério da Educação; a reforma do sistema eleitoral, “tendo em vista, precipuamente, a garantia do voto” (voto secreto); convocação de uma Constituinte; extinção progressiva, e sem violência, do latifúndio, “mediante a transferência direta de lotes de terras de cultura ao trabalhador agrícola”; e a instituição do Ministério do Trabalho, “destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural”.

Criado apenas três semanas depois da posse de Getúlio Vargas na Presidência da República, o Ministério do Trabalho precisou apenas de dezesseis dias para produzir, a 12 de dezembro, a primeira das leis trabalhistas do governo da Revolução de 1930 – a Lei dos Dois Terços, de nacionalização do trabalho (ela exigia que 2/3 de todos os empregos no país fossem reservados para brasileiros; na época, por exemplo, 80% dos empregos no setor de restaurantes, bares e similares eram ocupados por estrangeiros, enquanto a multidão de desempregados brasileiros aumentava, sobretudo em virtude da crise econômica mundial desencadeada pelo crash da Bolsa de Nova York em outubro de 1929).

A rapidez dessas duas iniciativas – a criação do Ministério do Trabalho e a lei de nacionalização do trabalho – não resultavam de irreflexão ou de sofreguidão. Assim, também, não resultaria de alguma ansiedade apressada a lei seguinte, de 19 de março de 1931, a lei dos sindicatos, talvez a mais importante desse período do governo provisório. É que essas questões estavam muito maduras, não só no espírito de Getúlio Vargas e seus companheiros da Revolução e do governo provisório, como em toda a opinião pública.

JOSÉ BONIFÁCIO E A ABOLIÇÃO

Esse amadurecimento vinha de longe. Para os maiores teóricos do Direito do Trabalho no Brasil, nossa primeira lei social, ou trabalhista, foi a Lei Áurea, de 13 de maio de 1888, que aboliu a escravidão.

A escravidão tinha sido imposta ao Brasil pela colonização portuguesa, iniciada na passagem do século



15 para o século 16, com a chegada das caravelas de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500.

Inicialmente os portugueses tentaram escravizar o índio, mas isso não deu certo e logo trataram de importar o escravo negro, capturado na África.

Desde o início houve luta e resistência, contra a escravidão. A favor dos índios foi muito forte e veemente a palavra do Padre Antônio Vieira,

no Maranhão. Em defesa dos escravos negros, tivemos a epopéia dos quilombos, sobretudo o de Zumbi, Palmares, que resistiria - e pouco sabemos disso - por quase cem anos!

No início do século 19, José Bonifácio de Andrada e Silva, paulista de Santos e, então, um dos maiores cientistas da Europa, voltou ao Brasil, que deixara na juventude para estudar em Coimbra. Era o ano de 1821 e logo, por ato do Príncipe-Regente D. Pedro, futuro Imperador Pedro I, José Bonifácio foi feito Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, o primeiro brasileiro a ser Ministro num governo do Brasil.

O Rei D. João VI acabava de voltar a Portugal, depois de 13 anos no Brasil, para onde viera em 1808, escapando à invasão do território português pelos exércitos de Napoleão.

Até hoje, D. João é ridicularizado no Brasil como um comilão obeso, porco, bobalhão, covarde e fujão. Não era esse o julgamento do próprio Napoleão, que dominou o mundo europeu de então e submeteu a seu domínio quase todos os poderosos, mas dizia, de D. João:

Criação: Latuff

- Foi o único que conseguiu me enganar.

D. João enganou Napoleão ao transferir a sede do império português de Lisboa para o Rio, a isso induzido por seus conselheiros ingleses, espertíssimos e senhores dos mares, o que garantia a D. João travessia tranquila do Tejo, em Lisboa, à baía de Guanabara, no Rio.





Napoleão era um cérebro superiormente dotado em pensamento militar, mas talvez não o fosse em matéria de pensamento econômico. Napoleão não percebeu, de início, que, ao deixar Portugal pelo Brasil, D. João largava o pedaço mais pobre de seu Império, para instalar-se no pedaço mais rico, do outro lado do Oceano e longe dos exércitos napoleônicos.

Os 13 anos de D. João no Brasil foram um período de enorme progresso econômico, sobretudo porque a transferência para o Rio da sede do governo português foi eliminando as proibições que pesavam sobre a atividade econômica no território colonial brasileiro.

Antes eram proibidas, por exemplo, as tipografias – de escasso significado econômico, mas de enorme significado cultural e político. Com D. João veio também o equipamento para a montagem da Imprensa Régia, que publicaria o primeiro jornal brasileiro, um jornal oficial, chapa branca, de notícias da corte, mas que liberaria a existência de muitos outros. Com esse equipamento vieram também os muitos livros que constituiriam o primeiro acervo da Biblioteca Nacional, entre os quais uma Bíblia impressa pelo próprio Gutemberg.

À proibição das tipografias, que imprimiam livros, esse produto sempre subversivo, correspondia a inexistência de universidades. Na América do Sul hispânica havia universidades desde o século 16 ou do século 17, caso da Universidade de São Marcos, em Lima, no Peru. No Brasil, a primeira universidade só surgiria depois da Revolução de 1930 (no primeiro governo de Getúlio Vargas e graças a ele).

Era também proibida no Brasil a existência da indústria têxtil, que é historicamente, a mãe de todas as indústrias. (Em seu fascinante livro *O voo da humanidade*, uma história da tecnologia na aventura humana, o General José Carlos Amarante demonstra que, após o controle do fogo, e muito antes da invenção da roda, a segunda descoberta tecnológica foi a invenção da roupa, matriz da indústria têxtil. Com a invenção da roupa, o homem teve condições de ocupar até as regiões de clima mais inóspito de nosso planeta.⁴)

Não foi só a liberação da atividade econômica. D. João criou também instrumentos de fomento dessa atividade, como o primeiro Banco do Brasil.

D. João deixou o Brasil em 1821, chamado de volta a Portugal por uma revolução que já decidira adotar uma constituição e organizar um governo o quanto possível democrático.

José Bonifácio estava de volta ao Brasil desde 1819.

⁴ José Carlos Amarante, *O voo da humanidade*, Rio, Biblioteca do Exército Editora, 2008, passim.

3. A Revolução de 30 retoma as propostas de José Bonifácio

O governo provisório de Getúlio Vargas e da Revolução de 1930 realizou, já em maio de 1933, eleições para a investidura de uma Assembléia Nacional Constituinte. Pela primeira vez na história do Brasil, graças a Getúlio, essas eleições foram realizadas com a garantia do voto secreto. E pela primeira vez as mulheres tiveram o direito de votar e ser votadas. (Na questão do voto feminino, o Brasil antecipou-se até à França tão civilizada, que só concedeu o direito de voto às mulheres em 1946.)

No dia 15 de novembro de 1933, na instalação da Constituinte, Getúlio apresentou a ela um documento da maior importância, até hoje pouco conhecido. Nesse documento ele explicava suas maiores decisões no governo provisório, como a criação dos Ministérios da Educação e do Trabalho e a adoção das primeiras leis trabalhistas. E atribuía a inspiração dessas decisões a José Bonifácio.

José Bonifácio de Andrada e Silva foi o primeiro brasileiro a ser feito ministro de um governo do Brasil.

Enquanto o governo português estava em Portugal e de Portugal governava o Brasil, entendia-se que não houvesse brasileiros em seu ministério. O Brasil, embora muito mais rico que a metrópole, embora produzisse muito mais do que ela e em grande medida a sustentasse, era apenas uma colônia. Mesmo depois da transferência para o Brasil do governo português, em 1808, demorou mais de dez anos a abertura do ministério a um brasileiro, José Bonifácio, nomeado ministro em 1822.

José Bonifácio, nascido em Santos, São Paulo, em 1763, era filho de um comerciante, o segundo mais rico da cidade. Revelara tanto talento nos estudos, na infância e adolescência, que os padres seus professores convenceram o pai a mandá-lo a Coimbra, sede, então, da mais importante universidade de língua portuguesa no mundo.

O Brasil era um poço de atraso, por imposição dos governos reacionários e obscurantistas de Portugal. Não havia no Brasil, mais produtivo que Portugal, escolas superiores. E estavam proibidas as fábricas e até as tipografias. José Bonifácio esgotou todas as possibilidades de estudar no Brasil e teve sorte de conseguir matrícula em Coimbra em 1783, quando estava com 20 anos. Se não fosse isso, correria o risco de envolver-se em conspirações como a Inconfidência Mineira e acabar no laço de uma corda, enforcado como Tiradentes.

Em Lisboa, logo ao chegar, e em seguida em Coimbra, nos anos em que foi aluno de sua universidade, José Bonifácio viu-se diante de um novo mundo. Segundo seu biógrafo Octávio Tarquínio de Souza, autor da História dos Fundadores do Império do Brasil, José Bonifácio “já tivera notícia, sem dúvida, de que nesse outro continente um vasto movimento de reforma política e de renovação intelectual se processava. Agora, a despeito de persistirem restrições e censuras, poderia tomar contacto com ele, ler os livros dos filósofos e pensadores que pregavam o domínio das luzes, o progresso do espírito humano, a felicidade dos povos, contra o obscurantismo, a rotina, o despotismo”.

Em Coimbra, José Bonifácio deixaria registradas, em seus escritos, idéias como a de liberdade para os índios, de terra para os índios, de supressão do regime de tutela do índio e de acesso à educação para o índio. Quanto aos escravos, diz Octávio Tarquínio, José Bonifácio queria “a extinção do comércio de carne humana e do regime de trabalho servil, preocupado com sua corruptora influência moral e social, com as suas injustiças e malefícios”.

Esses mesmos escritos revelam outras idéias de José Bonifácio no período de estudante em Coimbra:

Formado em Coimbra em 1789, José Bonifácio viajou para Paris em 1790, em plena Revolução Francesa, meses depois da queda da Bastilha.



⁵ Octávio Tarquínio de Souza, História dos Fundadores do Império do Brasil, vol. I (José Bonifácio), Rio, 1957, ED. José Olympio, pp. 64-66.

ele queria uma biblioteca e uma tipografia em cada capitania do Brasil e, segundo Octávio Tarquínio, “esboçava planos para acabar com as imensas propriedades territoriais que eram as sesmarias do tempo da colônia”: ou seja, planos para a reforma agrária.

Voltaire e Rousseau – acrescenta Octávio Tarquínio – foram talvez os autores cuja companhia mais buscou. Em toda a Europa do século 18, nenhum outro pensador, nenhum outro escritor foi mais inconformista e mais rebelde que esses dois. Nenhum foi mais longe na defesa da igualdade que Rousseau, nem mais longe na defesa da liberdade que Voltaire.⁵

UM BRASILEIRO NA REVOLUÇÃO FRANCESA

Ainda em 1788, Marat, um dos primeiros líderes e tribunos da revolução, lia e comentava o *Contrato Social*, de Rousseau, nas ruas e nas praças de Paris, sob o aplauso de auditórios entusiasmados.

Terá José Bonifácio ouvido do próprio Marat – que continuava ativo no debate revolucionário em 1790 - ou de outros líderes da Revolução Francesa a leitura e o comentário, nas ruas de Paris, dos textos de Rousseau, de Voltaire e dos demais autores que contestavam o absolutismo dos governos e as injustiças da vida econômica?

José Bonifácio esteve dois anos na França, 1790 e 1791, em plena revolução (cujo início é considerado o 14 de julho de 1789, data da queda da Bastilha). De 1792 a 1794, estudou na Alemanha, na Escola de Minas de Freiberg, e fez várias viagens pela Áustria, pela Itália e pela própria Alemanha. De 1796 a 1798 ficou entre a Suécia e a Noruega. Em 1799 foi à Dinamarca e em 1800 voltou para Portugal. Viagens, todas, de caráter científico.

Mais tarde ele teria de lutar muito para poder voltar ao Brasil. Nesse momento, preferiu ficar na metrópole. No Brasil pós-Inconfidência, no Brasil de uma repressão terrível, não havia universidades, não havia livros, não havia prelos. Homem de ciência, a essa altura reconhecido em toda a Europa, ele teria mais o que fazer num Velho Mundo que se renovava do que num Novo Mundo que a submissão envelhecia.

José Bonifácio ficou em Portugal. Fez pesquisas mineralógicas, trabalhou em engenharia florestal, criou a cadeira de Metalurgia da Universidade de Coimbra e afinal teve de acumular, sem vantagem



pecuniária, uma porção de encargos – intendente geral das minas e metais do Reino, membro do tribunal de minas, diretor da casa da moeda, superintendente das minas e bosques de todos os domínios portugueses, superintendente das sementeiras de pinhais (para o plantio de pinheiros cuja madeira seria empregada na construção de navios), superintendente das obras públicas de Coimbra e diretor das obras de encanamento e dos serviços hidráulicos da Finta de Maranhães.

Em 1806, aos 43 anos de idade, mais de metade dos quais passados fora do Brasil, ele pedia:

- Estou doente, aflito e cansado, e não posso com tantos dissabores e desleixos. Logo que acabe meu tempo em Coimbra e acabe minha jubilação, vou deitar-me aos pés de Sua Alteza Real [o Príncipe Regente D. João, futuro Rei D. João VI], para que me deixe ir acabar o resto dos meus cansados dias nos sertões do Brasil...

Não só esse pedido não foi atendido, como ainda o trataram pior.

JOSÉ BONIFÁCIO DEFENDE PORTUGAL DE ARMAS NA MÃO

Em 1808, D. João, Príncipe Regente, decidiu abandonar Portugal e instalar-se no Brasil, ameaçado pelos exércitos franceses de Napoleão, que assolavam a Península Ibérica, como, de resto, toda a Europa, e já lhe avançavam pelo reino adentro. Também o pressionavam os aliados ingleses, que queriam, mais que tudo, derrotar Napoleão.

O Brasil foi elevado de colônia a Reino Unido ao de Portugal e o Rio de Janeiro tornou-se a capital efetiva de um Império ainda considerável, que se constituía de Portugal, Brasil e possessões portuguesas na África (Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe) e na Ásia (Timor, Macau, Goa, Damão e Diú). D. João permaneceu no Brasil de 1808 a 1821. Nesse período, nenhum brasileiro teria a oportunidade de servir como ministro. Nem mesmo José Bonifácio, embora seu nome tivesse sido proposto mais de uma vez com o maior empenho.

Quando D. João, o futuro D. João VI, então Príncipe Regente, deixou Portugal, ainda vivia (e viveria até 1816) sua mãe, a Rainha D. Maria I, a Louca, que mandara enforcar Tiradentes.

Só recentemente viemos a saber que nessa fuga veio para o Brasil menos gente do que nos diziam.

O que continua certo é que veio um bando considerável de parasitas da corte, gente inútil, intrigante e insaciável. Um homem da seriedade, do prestígio e da credibilidade de José Bonifácio foi obrigado a permanecer em Portugal.

Deixado para trás, José Bonifácio, que não era português, mas brasileiro, arrecadou armas e reuniu homens para a resistência, para defender o solo e o povo português, que o Portugal oficial abandonara. E alistou-se como especialista em munições e foi ao mesmo tempo uma das cabeças da resistência e um dos braços da produção de guerra. Na segunda invasão napoleônica, em 1809, José Bonifácio alistou-se como combatente. Estava com 46 anos de idade.

Com tanta bravura e competência combateu que passou de major a tenente-coronel e de tenente-coronel a comandante. Ousado, encarregava-se pessoalmente dos reconhecimentos mais arriscados. Desobediente, marchava sempre na vanguarda da tropa sob seu comando – e foi preciso uma ordem expressa para que sossegasse no lugar próprio a seu posto, na retaguarda.

Só em 1819, já distante a ameaça de Napoleão, derrotado definitivamente em 1815 e encarcerado na distante ilha de Santa Helena, onde morreria em 1821, o governo português instalado no Rio permitiu que José Bonifácio voltasse para o Brasil, que ele deixara no século anterior. Para que lhe expedissem o passaporte, teve de provar antes, com todo o papelório que a burocracia não dispensa, que não furtara, “que não malbaratara os bens públicos confiados à sua gestão”. Aos burocratas que assim trataram José Bonifácio não consta que se tenham pedido contas: nem de seu zelo pelo erário, nem de sua covardia em face do inimigo.



Na sessão de 24 de junho de 1819, José Bonifácio despediu-se da Academia de Ciências de Lisboa, da qual era o secretário-perpétuo. Tinha entrado para a Academia com 27 anos e agora a deixava com 56.

- É esta a derradeira vez – disse ele – sim, a derradeira vez, e com pesar o digo, que tenho a honra de ser o historiador de vossas tarefas literárias e patrióticas, pois é forçoso deixar o antigo, que me adotou como filho, para ir habitar o novo Portugal, onde nasci. Era impossível, porém, que um homem dessa dimensão e dessa importância conseguisse confinar-se a si mesmo, nesse generoso projeto privado, em momento como aquele.



Em 1817, no Campo das Princesas, em Recife, os revoltosos dominaram o antigo Palácio do Governo.

José Bonifácio não se pertencia – pertencia ao país e à época em que nascera.

Um de seus irmãos, Antonio Carlos, escapara por pouco da condenação à morte na Revolução Pernambucana de 1817 – uma revolução em favor da independência e já da república, como a Inconfidência Mineira, um quarto de século antes. A Revolução Pernambucana de 1817 foi tão importante que muitos historiadores, como Oliveira Lima e Barbosa Lima Sobrinho, fazem dela – em vez do 7 de setembro de 1822 – a data verdadeira da independência do Brasil.

O Brasil ao qual José Bonifácio voltava tinha quatro milhões de habitantes, menos de um terço da população da Grande São Paulo de hoje. Desses quatro milhões, um milhão, a quarta parte, era de escravos. A taxa de analfabetismo chegava a 90% do total da população.

Com a fuga de D. João VI e de toda a corte, em 1808, para o Rio, teve de mudar de figurino a exploração do Brasil pela Coroa e pelas classes dominantes de Portugal – e pelos interesses já multinacionais, especialmente ingleses, a elas associados, ou melhor, que as vampirizavam e, em certo sentido, assalariavam. Já não bastava arrancar do chão da colônia e embarcar para os cofres e armazéns da metrópole riquezas naturais esgotáveis como o ouro e as pedras preciosas, ou mesmo renováveis, a longo ou a curto prazo, como o pau brasil e o açúcar.

Até a transferência da corte para o Rio, Portugal proibia qualquer atividade industrial no Brasil. Nem mesmo prelos de impressão podiam existir na colônia – sem falar em teares e outras máquinas. Quando José Bonifácio chegou de volta, a indústria e o comércio estavam liberados e a economia se desenvolvia – na agricultura, nas minas, na fundição de ferro, nos meios de comunicação e transporte – porque o Brasil passara da condição de colônia à de reino unido ao de Portugal.

- Mas – escreverá Octávio Tarquínio de Souza na biografia de José Bonifácio – não se tocava no essencial, o regime da propriedade e do trabalho.⁶

José Bonifácio deve ter chegado ao Brasil mais ou menos como os primeiros astronautas chegaram à Lua. O país que de Portugal ele observava de longe era como outro corpo celeste, tão inatingível deve ter-lhe parecido depois de 36 anos de separação. Talvez por isso ele tenha visto em conjunto e em detalhe muita coisa que a própria Inconfidência Mineira não ousara enfrentar ou só enfrentara pela metade, como a escravidão.

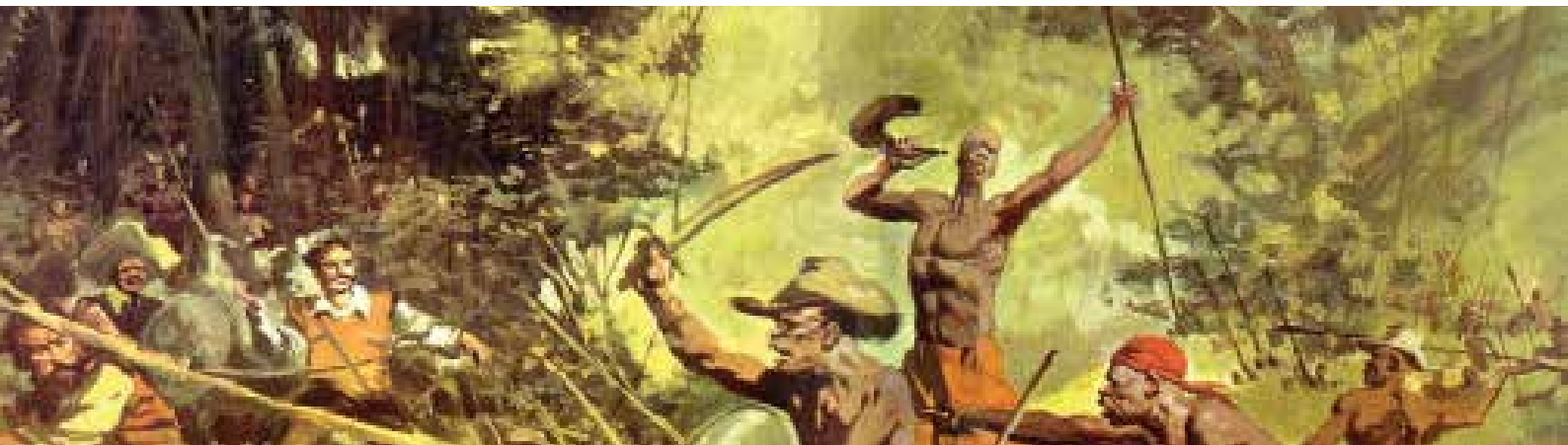
Entre os papéis apreendidos aos inconfidentes figurava um projeto de constituição para o Brasil. Em face de divergências entre os chefes principais do movimento, esse projeto previa uma solução de compromisso para o problema da escravidão – a liberdade dos escravos nascidos no Brasil, enquanto os nascidos na África e trazidos para o Brasil permaneceriam escravos.

PRIMEIRAS PROPOSTAS DE INDEPENDÊNCIA

Logo depois de chegar ao Brasil, em 1819, José Bonifácio escrevera que “a sociedade civil tem por base primeira a justiça e por fim principal a felicidade dos homens”. Em nome disso, ele pedia a “expição de crimes e pecados velhos”, a começar pela abolição total e imediata do tráfico negreiro (que seria imposta, anos depois, pela Inglaterra) e a continuar pela extinção da escravatura, “feita gradualmente, para evitar traumatismos e súbitas perturbações”.

⁶ Ibidem, p. 66.

Se tivessem sido adotadas nesse momento, leis como a do Ventre Livre e dos Sexagenários teriam reduzido tanto a escravidão em algumas décadas que ela poderia ter sido extinta em definitivo, muito antes da Lei Áurea de 1888.



Em abril de 1821, D. João teve de voltar para Portugal, intimado por uma revolução liberal deflagrada na cidade do Porto. Essa revolução queria estabelecer em Portugal um regime constitucional, mas logo depois voltou-se contra o Brasil, pretendendo recolonizá-lo. O retorno de D. João para Portugal seria fundamental para os acontecimentos subsequentes: facilitava algumas coisas; mas dificultava outras.

D. Pedro, o filho mais velho de D. João foi nomeado Regente do Brasil e permaneceu no Rio. Mas os compromissos constitucionais e liberais ou supostamente liberais (no sentido da liberdade política, não do sentido econômico dos postulados do neoliberalismo de hoje) da Revolução do Porto, esses compromissos contagiavam também o Brasil. Suas províncias organizavam-se e mobilizavam-se para exercícios de democracia representativa.

Em São Paulo, o próprio governador e comandante militar, General João Carlos Oyenhausen, convocou eleições para a organização de um governo provincial representativo. Paralelamente, eram eleitos seis representantes da província às Cortes de Lisboa, que elaborariam a Constituição do Reino Unido, uma constituição única para Portugal e o Brasil. José Bonifácio foi escolhido para redigir a plataforma desses representantes. Submetida às câmaras municipais da província, a plataforma seria aprovada com poucas restrições.

A plataforma começava por opor-se à tendência dominante nas Cortes de Lisboa, que era a recolonização do Brasil, a ser realizada pela subordinação de cada uma de suas províncias ao governo de Portugal. José Bonifácio propunha, para garantir a unidade do Brasil, a existência de um governo geral executivo, ao qual ficariam sujeitos os governos provinciais. Já era, em embrião, a independência.

Além desse governo central brasileiro, a plataforma propunha a catequese e civilização dos índios, que não eram escravos e não podiam, teoricamente, ser escravizados, e a emancipação dos escravos, “de modo a se tornarem cidadãos ativos e virtuosos”.

Ao lado da independência, a plataforma de José Bonifácio tratava da questão do trabalho, pela emancipação dos escravos e a civilização dos índios – e também por um novo regime de terras, com a subdivisão da propriedade territorial, uma reforma agrária – e associava às duas a questão da educação, propondo a instalação de escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e freguesias consideráveis – e um ginásio em cada província, “para o ensino das ciências úteis”.

Redigida por um homem como José Bonifácio, que tivera o privilégio de estudar e ensinar na Universidade de Coimbra, conviver com os mais importantes centros científicos da Europa do fim do século 18 e ser eleito membro e secretário-perpétuo da Academia de Ciências de Lisboa – além de tornar-se um dos cientistas de maior renome da Europa – essa plataforma não evitaria o passo naturalmente seguinte, por mais ousado e atrevido que pudesse parecer: a criação, “desde logo”, de uma universidade com quatro faculdades – de filosofia, de medicina, de jurisprudência e de economia, fazenda e governo. (As primeiras universidades reconhecidas no Brasil teriam de esperar pelo século 20, pela Revolução de 30 e por Getúlio Vargas, verdadeiro sucessor de José Bonifácio.)

A resposta às propostas de José Bonifácio, antes mesmo que os seis representantes eleitos de São Paulo chegassem a Portugal, veio em dois decretos das Cortes de Lisboa, que muito acelerariam a independência do Brasil: o primeiro criava no Brasil governos provinciais subordinados a Lisboa e o segundo determinava o retorno imediato do Príncipe D. Pedro a Portugal.

JOSÉ BONIFÁCIO MINISTRO

É aí que começa o movimento popular e político para que D. Pedro permaneça no Brasil – movimento que ocorre simultaneamente e espontaneamente no Rio, em Minas e São Paulo. O governo provincial de São Paulo, eleito e colegiado, encarrega José Bonifácio de redigir uma representação a D. Pedro:



- Apenas fixamos nossa atenção sobre o primeiro decreto... – escreve José Bonifácio nessa representação - vimos nele exarado o sistema da anarquia, e da escravidão... O segundo [decreto] nada menos pretende que desunir-nos, enfraquecer-nos e deixar-nos em misera orfandade... Como agora esses deputados de Portugal, sem esperar pelos do Brasil, ousam já legislar sobre os interesses mais sagrados de cada província, e de um reino inteiro?

É esse memorial redigido por José Bonifácio que pela primeira vez diz ao Príncipe D. Pedro que não vá, que fique aqui:

- Vossa Alteza deve ficar no Brasil, quaisquer que sejam os projetos das Cortes Constitucionais, não só para o bem geral mas até para a independência e prosperidade futura do mesmo Portugal.

D. Pedro resolveu ficar e anunciou essa decisão a 9 de janeiro de 1822 – o Dia do Fico - ao receber representação no mesmo sentido que lhe foi entregue, em nome do Rio de Janeiro, pelo presidente do Senado da Câmara da cidade, José Clemente Pereira. Uma semana depois, a 16 de janeiro, D. Pedro nomeava José Bonifácio ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros – na prática, um Primeiro-Ministro.

Já vimos quais eram as preocupações, as prioridades e as propostas de José Bonifácio para o Brasil – propostas de reforma social com as quais ele ia muito além das maiores ousadias da Inconfidência Mineira. Mas ao ser escolhido por D. Pedro, o primeiro brasileiro nomeado ministro, 14 anos depois da transferência da sede do Reino de Lisboa para o Rio, José Bonifácio sabia que, antes dessa reforma social, o Príncipe Regente confiava-lhe, “talvez sem uma idéia muito clara, missão das mais complexas: fundar um governo nacional, impedir a secessão das províncias, coordenar os impulsos revolucionários num sentido construtivo, preparar a ruptura com a antiga metrópole”.⁷

Nos nove meses que antecederam a proclamação formal da independência, de janeiro a setembro de 1822, José Bonifácio entregou-se a cumprir essa missão, de manter a unidade nacional do Brasil. Com arreatamento sim, mas, sobretudo, com inteligência, serenidade e competência. Ainda em janeiro, ele deu ordem para que nenhuma lei vinda de Portugal fosse executada no Brasil sem autorização por escrito de D. Pedro.

⁷ Ibidem, p. 177.



Era, de fato, a independência: em vez de as ordens do governo do Rio dependerem da confirmação de Lisboa, as ordens de Lisboa é que passavam a depender da autorização do governo do Rio.

Só depois da proclamação da independência, no dia 7 de setembro de 1822, da aclamação de D. Pedro em outubro, de sua coroação em dezembro, da eleição da Assembléia Constituinte, no início de 1823, e de sua instalação, a 3 de maio desse ano, foi possível retomar o debate das questões da escravidão, da terra, do trabalho e da educação.

OS NEGROS SÃO HOMENS COMO NÓS

Assim que instalada a Constituinte, já em 1823, José Bonifácio, na condição de principal ministro do agora Imperador Pedro I, mandou-lhe uma representação na qual procurava demonstrar a superioridade do trabalho livre sobre o trabalho escravo. Com o acréscimo da seguinte observação: "Ainda que assim não fosse, a justiça social nos diria que os negros eram homens como nós, sentiam e pensavam como nós."

José Bonifácio considerava um absurdo conciliar na mesma Constituição, de um lado o liberalismo político, a democracia e o estado de direito, e, do outro lado, a manutenção da escravatura e do tráfico negreiro.

Essas idéias e as atitudes das quais as fazia acompanhar tornaram inevitável, em julho de 1823, o rompimento com D. Pedro, cada vez mais dominado por seus sequazes pró-portugueses, e a renúncia de José Bonifácio ao cargo de Ministro do Reino. Ele fora eleito constituinte por São Paulo e passou a colaborar com o irmão Antonio Carlos, também deputado, na comissão encarregada de elaborar o projeto de constituição.



O projeto, ao ser apresentado, tinha a encabeçá-lo as assinaturas de Antonio Carlos e José Bonifácio. Para conseguir maioria na comissão e neutralizar as reações mais hostis na própria Assembléia, José Bonifácio era mais moderado e cauteloso que as idéias por tanto tempo defendidas por ele próprio e seu irmão.

O projeto propunha apenas a criação de estabelecimentos para a catequese e civilização dos índios, a emancipação lenta dos escravos e contratos entre senhores e escravos, fiscalizados pelo governo.

A idéia desses contratos criava um fato novo. Se o escravo podia ser parte contratante, isso significava que ele era sujeito de direitos, e portanto pessoa, e não um mero objeto em relação ao qual o senhor dispusesse de direitos de vida e de morte. Era sem dúvida um ardil, mas era um passo à frente.

Publicado o projeto, que transigia até com a escravidão mas dava os primeiros passos para acabar com ela, José Bonifácio propôs que D. Pedro fizesse aprová-lo por aclamação pública. A situação interna do país, contudo, estava cada vez mais complicada e o governo e a Assembléia Constituinte viviam um confronto cada vez mais fundo.

D. Pedro não aceitou a idéia da aclamação, a crise transformou-se em impasse. Em novembro de 1823, D. Pedro, num ato de força muito mais violento que a proposta de José Bonifácio, de aprovar em plebiscito um projeto não votado, fechou a Constituinte.

José Bonifácio foi preso, levado para a Fortaleza de Laje, na entrada da Baía de Guanabara, “recolhido a um subterrâneo, lugar imundo, úmido, com as paredes porejando água; nessa primeira noite, serviu-lhe de cama um pedaço de tapete velho, por extrema bondade de um oficial”.⁸ Logo depois, ele e muitos outros foram exilados.

Com base no próprio projeto de Antonio Carlos e José Bonifácio, que servira de pretexto para o

fechamento da Constituinte, D. Pedro encomendou a seu Conselho de Estado uma Constituição que seria outorgada por ele, ditatorialmente, em janeiro de 1824, e vigorou até a proclamação da República, em 1889, mais de sessenta anos depois. Essa constituição continha algumas proclamações democráticas, mas suprimia todas as propostas sociais de José Bonifácio e Antonio Carlos.

Ela não cuidava da emancipação dos escravos, como se não se constituísse de escravos a quarta parte da população do país; não cuidava dos índios, não cuidava dos trabalhadores livres, não cuidava da questão da terra, inseparável da questão do trabalho; e não acolhera a proposta de instalação de uma escola em cada vila e de um ginásio em cada sede de comarca, proposta formulada por José Bonifácio em seus dias de jovem estudante em Coimbra e incluída na plataforma que elaborara para os deputados de São Paulo às Cortes de Lisboa em 1821 e igualmente no projeto da comissão constitucional presidida por Antonio Carlos.

Essa idéia coincidia com um decreto da Imperatriz Maria Teresa, da Áustria, mulher extraordinariamente esclarecida e inteligente e avó da Princesa e depois Imperatriz Leopoldina, primeira mulher de D. Pedro, que se apaixonou intelectualmente por José Bonifácio, tornou-se uma espécie de filha espiritual deste e conspirou ativamente para que o jovem e arrebatado marido fizesse a independência do Brasil.

Infelizmente, D. Pedro, influenciado por seus amigos pró-portugueses e pela Marquesa de Santos, sua namorada, afastou-se de Leopoldina e de José Bonifácio e sancionou, pela Constituição de 1824, o regime do trabalho escravo.

Essa constituição preservaria a escravidão por mais 64 anos, até 1888.

4. Abolicionistas e republicanos

José Bonifácio constituía um exemplo que estava longe, mas seria retomado por Getúlio Vargas em 1930. Porque a Revolução de 1930 era herdeira desse passado e do futuro que nele se escondia.

Os antecedentes da Revolução de 30 se revelariam anteriores à própria proclamação da República, em 1889. Eles situavam-se na corrente mais avançada do movimento republicano e abolicionista do século 19, o Partido Republicano Riograndense (do Rio Grande do Sul), o **PRR**.

⁸ Ibidem, p. 286.



Na campanha abolicionista, o PRR não se contentara com a propaganda das idéias e das leis de extinção do trabalho servil, e realizara o mais extraordinário movimento de alforria de escravos de que se tem notícia no Brasil. Dos sessenta mil escravos que existiam no Rio Grande em 1882, quando o partido foi fundado, sobraram apenas cerca de seis mil em 1888, ao ser votada a lei da abolição da escravidão, a Lei Áurea. Mais de cinquenta mil escravos tinham sido libertados sem o pagamento de qualquer indenização.

Na proclamação da República, em 1889, o PRR garantiria o apoio dos comandos militares do Rio Grande à derrubada da monarquia, assegurando a vitória republicana.

A participação na campanha republicana não bastaria para caracterizar o Partido Republicano Riograndense como um movimento precursor da Revolução de 1930. Assim como o PRR era republicano e abolicionista, havia partidos republicanos (como os das então províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo) francamente escravagistas.

O que deu esse caráter precursor ao partido riograndense foram as lutas que empreendeu na campanha abolicionista, na campanha republicana e, já na república, no Congresso Constituinte de 1890-91, convocado para votar a primeira Constituição republicana federal; e ainda na Assembléia Constituinte do Estado e no governo do Rio Grande do Sul.



Essas lutas tinham começado sob a liderança de um jovem advogado e jornalista chamado Júlio de Castilhos e sob a inspiração do pensador francês Augusto Comte e de sua filosofia positivista.

Em países como a França, os herdeiros de Augusto Comte deslocariam o positivismo para posições conservadoras e até reacionárias. Na França, país de nascimento de Augusto Comte, fundador do positivismo, algumas das correntes deste descambando na Ação Francesa, de Charles Maurras, monarquista, reacionária, anti-semita e depois pró-nazista. A pretexto disso, estabeleceu-se que todas as influências positivistas seriam reacionárias e autoritárias.

No Brasil, porém, o positivismo era o progresso, embora, por muito tempo, não fosse compreendido e pelo menos estudado sem preconceitos.

AUGUSTO COMTE E O POSITIVISMO

Em primeiro lugar, era uma grande injustiça atribuir posições reacionárias a Augusto Comte, uma das maiores figuras intelectuais do século 19 e um dos melhores seres humanos de sua época. Comte nasceu em 1799 no sul da França, em Montpellier, e teve tais dificuldades com o pai, autoritário e intolerante, que saiu de casa adolescente e foi viver em Paris, como estudante na Escola Politécnica, talvez a melhor escola superior do mundo na primeira metade do século 19. Comte sustentava-se de aulas particulares que dava a colegas e outros estudantes. Destacou-se tanto na escola que, no último ano, foi convocado para substituir o professor de matemática, quando este adoeceu.

Recém-formado, Comte trabalhou por algum tempo como secretário de Henri de Saint-Simon, um dos mais famosos e importantes pensadores da época e um dos fundadores do pensamento socialista na Europa, precursor, inclusive, de Marx.

Em seguida, tornou-se professor e empreendeu a redação de uma enorme obra filosófica e científica que assentaria os fundamentos do positivismo. Ao mesmo tempo, entregava-se à tarefa de dar aulas diárias, gratuitamente, nos sindicatos de trabalhadores – o que desde logo faz dele um dos mais importantes precursores do trabalhismo e do sindicalismo no mundo.

Independente do que Augusto Comte escreveria, sua vida pessoal foi o desmentido das acusações intelectuais que lhe fizeram. Vivendo sozinho e por conta própria desde a adolescência, Comte envolveu-se em Paris com mais de uma mulher. Uma delas, chamada Caroline, era prostituta. Davam-se bem, passaram a viver juntos e um dia ela foi chamada a registrar-se ou a renovar um registro na polícia de Paris. Comte decidiu que deviam casar-se.

- Você, casada – disse ele – não terá mais de submeter-se a essas humilhações na polícia.

Era esse o homem, o oposto do reacionarismo que lhe atribuíram.

Comte foi o fundador da sociologia, a ciência da sociedade, e adotara como ponto de partida de seus estudos e teses uma espécie de agnosticismo pragmático. Não podemos, diz ele, saber com certeza como o universo foi criado. Nem podemos saber com certeza se existe uma finalidade no universo e na criação. Mas sabemos uma porção de coisas que podem ajudar o homem a melhorar o mundo e a vida dos homens. Ele pensava em coisas que poderiam melhorar a vida de todos os homens.

Entre essas coisas, Comte situava o conhecimento científico e o que hoje chamaríamos a tecnologia, os processos da produção industrial ou artesanal resultantes do avanço do conhecimento científico ou causadores desse avanço. Aos avanços econômicos decorrentes da mobilização do conhecimento científico e da tecnologia, Comte acrescentava uma cobrança que raramente é mencionada e faz muita diferença: ele preconizava a incorporação do proletariado aos benefícios da sociedade moderna. Aos benefícios, não às servidões dessa sociedade.

Comte sempre manifestou grande admiração e respeito por todos os movimentos socialistas de sua época. Achava, porém, que os socialistas revolucionários estavam equivocados num ponto: ao entenderem que bastava o proletariado assumir o controle dos meios de produção para transformar irreversivelmente as sociedades. Para que se consolidassem avanços irreversíveis, seria preciso que o controle dos meios de produção pelos trabalhadores fosse acompanhado de mudanças de mentalidade, aquilo a que hoje daríamos o nome de uma revolução cultural – empreendimento tentado na segunda metade do século 20 pela China de Mao Tsé-tung, com resultados, no caso, desastrosos.

Aqui não estamos discutindo se Augusto Comte estava certo ou errado em suas previsões, mas o caráter de suas idéias políticas. Estas, pelo que vimos até aqui, não poderiam ser consideradas idéias reacionárias e de direita.

Só isso bastaria para encerrar a discussão, mas temos ainda um argumento. O historiador Eric Hobsbawm, marxista e insuspeito de simpatias ou cumplicidade por idéias de direita, e além disso bom conhecedor do Brasil, escreveu, em *A Era dos Impérios*, que o positivismo de Augusto Comte degenerou em reacionarismo na França e outros países da Europa, mas foi extremamente positivo e progressista em três países – a Turquia de Kemal Atatürk, o México dos chamados “científicos”, ainda no século 19, e o Brasil dos militares e civis positivistas que fizeram a Abolição, a República e, depois, a Revolução de 1930.⁹

⁹Eric Hobsbawm, *A Era dos Impérios*, Rio, Paz e Terra, 1988, p. 115

A HERANÇA DA REPÚBLICA FARROUPILHA

Formando-se em direito, em São Paulo, em 1881, com 21 anos, Júlio de Castilhos voltou para Porto Alegre, com o projeto profissional de advogar e o projeto político de engajar-se na luta pela abolição e pela República.

No Rio Grande, as idéias republicanas vinham da Revolução Farroupilha e sua República de Piratini, de 1835 a 1845. O Rio Grande não só lutara pela República-idéia como vivera a experiência de uma república de fato, uma república física, em seu território. As lembranças da Guerra dos Farrapos tinham determinado, no Rio Grande, uma atitude coletiva de recusa da monarquia.

Foi com essa herança das tradições farroupilhas de 1835 a 1845 que os movimentos republicano e abolicionista começaram a abrir caminho no Rio Grande do Sul. No momento em que Júlio de Castilhos voltava de São Paulo, recém-formado, o Clube Republicano de Porto Alegre convocava para fevereiro de 1882 uma convenção republicana regional, da qual ele já participou, como relator da comissão de imprensa partidária, dada a experiência jornalística que trazia dos anos de Faculdade e do jornal A Evolução, que fundara e editara. Do relatório de Castilhos e sobretudo de sua ação pessoal nos dois anos seguintes resultaria o lançamento, pelo Partido Republicano, do jornal A Federação, publicado a partir de 1º de janeiro de 1884.

A convenção, que reunira mais de cinquenta delegados, elegeu uma comissão executiva provisória para organizar o partido e dirigi-lo em todo o Rio Grande. Até então – e a partir daí isso mudou radicalmente – o movimento republicano no Rio Grande procurava contemporizar com as posturas do Partido Republicano de São Paulo, até mesmo na questão da escravatura. O partido paulista, escravagista, não podendo fingir que o problema não existia, propunha que o governo central delegasse a cada província a reforma do regime servil, “de acordo com seus interesses peculiares e suas circunstâncias econômicas”, e defendia o pagamento de indenização aos proprietários que perdessem seus escravos, “em respeito aos direitos adquiridos e para conciliar a propriedade de fato com o princípio de liberdade”.¹⁰

Em 1883, o Partido Republicano Riograndense realizou seu 1º Congresso e prestou

¹⁰ Sérgio da Costa Franco, *Júlio de Castilho e sua época*, Porto Alegre, Editora Globo, 1967, p. 22

homenagem, a 21 de abril, ao martírio de Tiradentes, o que ainda constituía um atrevimento. Tiradentes, afinal, fora enforcado por ordem da Rainha D. Maria, a Louca, de Portugal, bisavó de Sua Majestade, o Imperador Pedro II.

No segundo Congresso, em 1884, Castilhos já era o secretário da Comissão Executiva e em seu relatório acentuou a expansão do partido, por meio de clubes republicanos, em todo o Rio Grande. Nesse momento, já funcionavam vinte clubes na Província: em Porto Alegre, Rio Pardo, Cachoeira, Santa Maria, São Martinho, Cruz Alta, Palmeira, Santo Ângelo, São Luís, São Borja (liderado pelo General Manoel do Nascimento Vargas, pai de Getúlio Vargas), Itaqui, Uruguaiana, Alegrete, Santana do Livramento, São Vicente, São Gabriel, Caçapava, São Sepé, Bagé e Jaguarão.

ABOLIÇÃO JÁ!

O segundo Congresso tomou posição firme e radical pelo abolicionismo, abandonando a linha de contemporização com o conservadorismo escravagista dos partidos de São Paulo e da província do Rio. Um documento chamado de “Bases do Programa dos Candidatos Republicanos”, redigido por Júlio de Castilhos e Demétrio Ribeiro, coincidentemente os dois positivistas da Comissão Executiva, e aprovado pelo Congresso, assim definia a posição dos republicanos do Rio Grande sobre a abolição:

Sobre este melindroso assunto, entende o partido que não pode haver republicano algum que não seja abolicionista e inimigo desta instituição bárbara. Para a resolução do problema entende o Congresso que o melhor alvitre a tomar é entregar quanto antes, por disposição da lei geral, às províncias, plenos poderes para obrar cada uma como entender. Quanto à nossa Província, a abolição deve ser imediata e pronta, desde que a nossa assembléia receba os poderes necessários para legislar sobre o assunto.¹¹

A Revolução de 30 teve vínculos fortíssimos com a campanha abolicionista. Nesta reconstituição da história de alguns de seus precursores, basta situar a importância do documento dos republicanos do Rio Grande em 1884 – um desafio irrecusável, em primeiro lugar aos Partidos Conservador e Liberal, que se alternavam no comando da maioria do Parlamento imperial e na condução dos Conselhos de Ministros. Desafio que se estendia aos próprios republicanos menos dispostos a lutar pela abolição.

¹¹ Sérgio da Costa Franco, *Julio de Castilhos...*, pg. 27

O governo e o parlamento imperial tinham adotado em 1871 a chamada Lei do Ventre Livre, pela qual não seriam mais escravos os filhos de escravos. Para as forças conservadoras, isso resolvia o problema da abolição e nada mais se devia fazer até que morressem os derradeiros escravos – o que poderia levar no mínimo uns cinquenta anos, considerando que continuariam escravos o filhos de escravos nascidos até 1871.

Era de tal ordem a predominância das forças conservadoras que o Imperador Pedro II queixava-se de não conseguir um Primeiro-Ministro disposto a propor e fazer aprovar a abolição imediata do regime servil. Nesse quadro, seria um bom recurso tático reivindicar para as províncias a prerrogativa de decidir cada uma delas, por sua assembléia de representantes, se aceitava ou abolia imediatamente a escravidão. No Rio Grande, dizia o documento do Congresso republicano, a abolição seria imediata. Com os avanços já realizados nas províncias do Amazonas e do Ceará e com os que ocorressem em outras províncias, a escravidão ficaria confinada sobretudo às províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, e não teria condições de resistir e sobreviver por muito tempo mais.

Em 1885, certamente para retardar por mais alguns anos – quem sabe até o século 20! – a abolição definitiva, o Parlamento imperial votou a chamada Lei dos Sexagenários, que libertava os escravos chegados aos 60 anos de idade. Nas condições de vida daquela época, mesmo homens livres e abastados ou já tinham morrido ou estavam velhos e em muitos casos incapacitados para o trabalho bem antes dos 60 anos. Mesmo nos países mais ricos, a expectativa média de vida era inferior a essa idade. O próprio Imperador de longas barbas brancas contava apenas 59 anos quando a lei foi aprovada. Na verdade, a Lei dos Sexagenários era um achado reacionário – libertava mais o senhor que o escravo, porque o senhor deixava de ser responsável pelo sustento e moradia do novo liberto.

Apesar dessa vantagem para os proprietários, a Lei dos Sexagenários levou um ano para ser aprovada. Numa primeira tentativa, em julho de 1884, a Câmara dos Deputados derrubara por 59 a 52 votos, o gabinete Souza Dantas, autor da proposta.

No dia seguinte à aprovação da lei, Castilhos escrevia palavras proféticas em seu artigo para A Federação, dizendo que D. Pedro II estava preso entre as pontas de um dilema perigoso: ou “afasta de si as simpatias de uma classe que tem sido a mais fiel servidora do trono, o que é um perigo para a monarquia; ou cede à pressão dos interesses coligados dos senhores de escravos e isola-se do movimento nacional irresistível, o que constitui um perigo ainda mais grave para a monarquia, que pode acompanhar a escravidão na sua morte”.

O RIO GRANDE LIBERTA 90% DE SEUS ESCRAVOS

D. Pedro dissolveu a Câmara que negara apoio até à Lei dos Sexagenários e convocou eleições para um novo parlamento, das quais surgiria uma nova maioria também anti-abolicionista. Os republicanos do Rio Grande iniciaram nova campanha de alforria sem indenização. Já em agosto, podiam festejar em Porto Alegre:

- Ao cabo de poucos dias de ativo trabalho – escreve Castilhos - o povo, em uma brilhante manifestação de regozijo, pôde proclamar ontem a liberdade de mais de metade dos escravos existentes na cidade. Já um distrito inteiro, o terceiro, não possui mais escravos, conquistando a glória da primazia e fornecendo à capital um poderoso e saudável estímulo. Mas o que ainda vem dar maior lustre à exemplaríssima agitação de que é hoje teatro Porto Alegre, o que fá-la realçar ainda mais, é que a abolição aqui se vai operando sob este moralíssimo princípio: abolição sem indenização pecuniária. Não tem direito à indenização aquele que, cedendo aos impulsos do dever, restitui o homem ao domínio de si mesmo. O princípio cardeal inscrito na bandeira do abolicionismo é este severo princípio moral: a liberdade humana não se compra, nem se vende.¹²

Libertados mais de metade dos escravos, os republicanos entram na segunda etapa da campanha e pretendem “ver raiar o sol do dia 7 de setembro para iluminar este comovente espetáculo: Porto Alegre esfacelando a gargalheira do seu último escravo.”

Júlio de Castilhos percebe e mostra que as derrotas do abolicionismo, como a eleição de 1884, são agora derrotas da monarquia:

- O Imperador, não podendo mais furtar-se às exigências da opinião nacional, manifestamente contrária à conservação do escravo, mandou que o seu governo apresentasse ao parlamento um projeto de abolição gradual. O parlamento, composto na sua maioria de senhores de escravos e representantes de um eleitorado quase todo escravagista, repeliu bruscamente o projeto.

- Durante os longos 44 anos do seu reinado – diz Castilhos - o Sr. D. Pedro II, com engenho, mas sem patriotismo, tem conseguido protelar a solução de todos os graves problemas de que depende a vida nacional, fazendo permanecer o Brasil, por assim dizer, na mesma situação em que se achou ao libertar-se do regime colonial.

¹² Sérgio da Costa Franco, *Julio de Castilhos...*, pg. 32

Nos três meses de agosto a outubro de 1884, os republicanos levam a campanha da alforria ao interior do Rio Grande. Júlio de Castilhos escreverá:

- O abolicionismo operou no Rio Grande verdadeiros prodígios. Iniciada a regeneradora agitação em Porto Alegre, ela difundiu-se com rapidez instantânea por toda a província, pondo em sítio a negra instituição infamante.

- Pode-se dizer que em algumas dezenas de dias, mais de 30 mil pessoas foram arrancadas ao sinistro ergástulo da escravidão. E para uma tão moralizadora reivindicação não foi mister lançar mão da violência, fazer uso da força, perturbar a paz entre os cidadãos, acender o facho da discórdia social.

Em 1887, a matrícula periódica dos escravos – que eram propriedade e, portanto, objeto de escrituras e registros – revelou permanecerem em escravidão em todo o Rio Grande entre seis e sete mil pessoas. Em 1884, quando o segundo Congresso republicano decidira radicalizar sua posição abolicionista, havia 60 mil escravos na província.

- Vê-se, pois – diria Castilhos - que em pouco mais de dois anos foram arrancadas às cruezas do escravismo cerca de cinquenta mil cabeças. Um esforço mais, e podemos proclamar extinto o escravismo em nosso território. Se não hesitou o abolicionismo rio-grandense ao iniciar a cruzada libertadora, quando povoavam os ergástulos da escravidão sessenta mil escravizados, muito menos deve vacilar agora que não mais de sete mil mourejam no trabalho servil.¹³

Quase 90% dos escravos tinham sido alforriados no Rio Grande antes da abolição. Sem indenização. Nada menos que 54 mil escravos tinham sido libertados, nesses poucos anos, graças à campanha desses republicanos - incansáveis, eloquentes e ousados, além de obstinados em sua pregação: era uma vergonha - diziam em toda parte e a todo mundo - um homem ser dono de outro homem. E vergonha ainda maior um homem pretender ou aceitar dinheiro em troca da liberdade de outro ser humano.

A campanha da Abolição fora também a mais emocionante da história do Brasil independente.

¹³ Sérgio da Costa Franco, *Júlio de Castilhos...*, pg. 33

1888

Ciúmes da Pátria
JOSÉ DO PATROCÍNIO

D. Pedro II, o Imperador, estava na Europa, doente, quase entrevado, quando recebeu a notícia de que sua filha, a Princesa Isabel, Regente do Trono, assinara a Lei de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, que abolia de todo e de uma vez só, em todo o país, a escravidão remanescente, mas ainda muitíssimo numerosa e cada vez mais vergonhosa e humilhante.

-- Afinal, afinal... - teria dito D. Pedro, os olhos inundados de lágrimas, a garganta áspera de emoção: - O dia mais feliz de minha vida!

Qualquer que seja o julgamento final da história sobre o papel do Imperador e da Princesa sua filha na tardia libertação dos escravos no Brasil, o que as biografias registram é que D. Pedro II, com todos os seus poderes, não tinha a prerrogativa de propor leis ao Parlamento: só por intermédio do Primeiro-Ministro ele o poderia fazer. D. Pedro, segundo seus biógrafos, mudou três ou quatro gabinetes até conseguir um Primeiro-Ministro que se dispusesse a propor ao Parlamento uma lei de abolição.

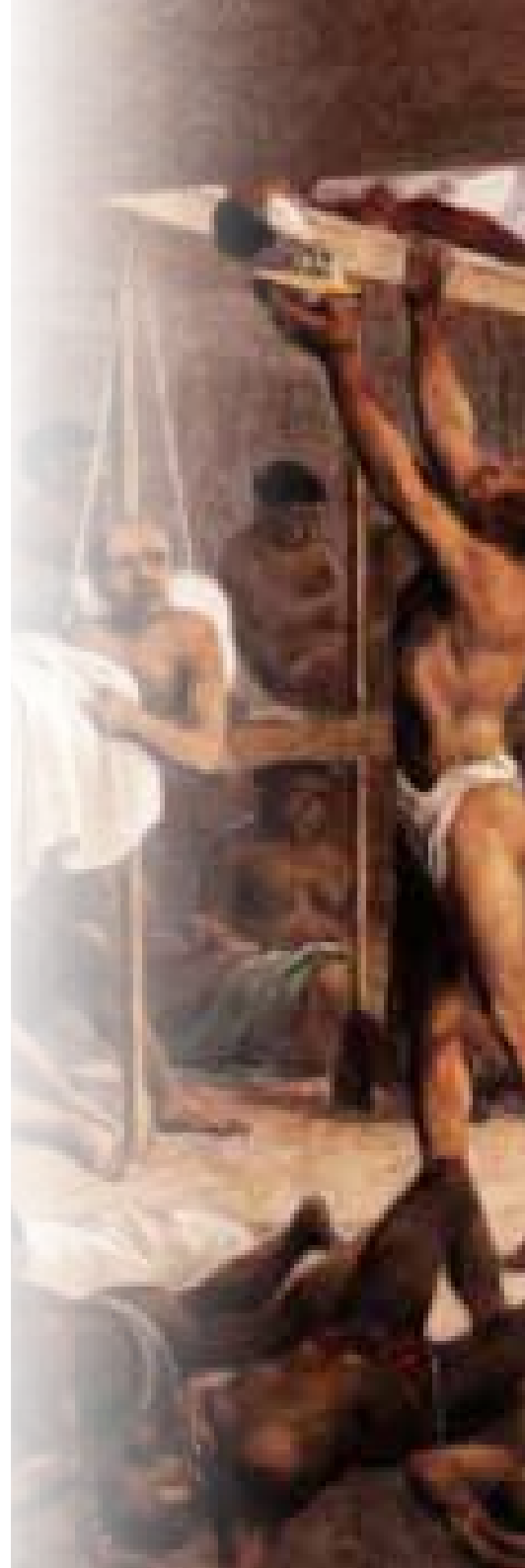
Esse dia 13 de maio de 1888, o mais feliz na vida do Imperador, deve ter sido o mais feliz também, ou o mais intenso, o mais arrebatado, na vida do mais apaixonante dos líderes da campanha abolicionista, José do Patrocínio, o Tigre da Abolição, jornalista, negro, filho de escrava, a voz que ganhou a alma das ruas do Rio de Janeiro.

Nos últimos dias da campanha abolicionista, essa voz fora posta à prova num dos grandes palcos das estrelas do canto, que também era uma das maiores tribunas políticas. Não era ainda o Teatro Municipal do Rio, que só seria construído depois.

Num ato público em 1888, com o teatro lotado, da platéia às torrinhas, as mais altas galerias, José do Patrocínio começa a falar, e uma voz prepotente, da platéia, do balcão nobre ou das galerias, interrompe:

- Cala a boca, burro!

Muito mais tarde os comícios seriam substituídos pela televisão, em estúdios fechados, a salvo das interrupções. Mas naquele ano de 1888, assim como por bem mais de meio século depois disso, essa era uma figura esperada: o bebum do comício, alcoolizado ou a maioria das vezes





não; aquele que, sóbrio ou alterado, interrompe e tenta desconcertar os oradores. Patrocínio não toma conhecimento e retoma o fio do discurso.

A voz, porém, insiste:

- Cala a boca, macaco!

José do Patrocínio contém-se, de novo, e prossegue. Negro, plebeu, filho de escrava, sempre na contramão do poder e da fortuna, sustentando-se e a seus jornais com os meios da época e até com dinheiro tomado a comerciantes por sugestões discutíveis, José do Patrocínio vai ficar mal, no momento mesmo da Lei Áurea, com algumas lideranças do movimento abolicionista, porque no dia seguinte ao 13 de maio levará uma rosa de ouro à Princesa Isabel.

Nesta noite, porém, no teatro, o negro, o plebeu, o jornalista, o tribuno José do Patrocínio é - e sabe disso - a consciência da história.

Mas a outra voz, aquela voz abusada e estridente da platéia, a voz do bebum volta a falar:

- Cala a boca, negro!

Quando pela terceira vez essa voz se manifesta, alguma descarga eletriza José do Patrocínio. Há uma pausa, que deixa nervosos os espectadores, e ele já não retoma o discurso no ponto onde fora interrompido. Diante do cenário e da platéia de tantas óperas, Patrocínio volta a si e responde, como se fosse o personagem de uma delas:

-- Negro! Negro! Negro, sim! Negro como Otelo, para ter ciúmes de minha Pátria!

Negro Otelo, negro Patrocínio! Semanas depois, tarde da noite de 13 de maio de 1888, José do Patrocínio consegue que um amigo o leve em casa, no subúrbio. Ao longo do dia e mesmo agora, fora obrigado a parar em todas as esquinas: queriam ouvi-lo, queriam que discursasse como naquela noite no teatro.

Quando, afinal, chega em casa, Patrocínio não pode sequer despedir-se do amigo que o levará. Na madrugada do primeiro dia de um Brasil sem escravos, José do Patrocínio não tem um último, um escasso fio de voz. Não consegue ao menos dizer "obrigado", desejar "boa noite". A grande voz da Abolição fora afinal silenciada.



“Qual não foi meu espanto quando eles pediram-me que revogasse as leis trabalhistas que eu havia posto em prática. A lei de dois terços de trabalhadores brasileiros, a lei de férias, a semana de quarenta e oito horas, as indenizações, o aviso prévio, etc., – diziam eles –, eram entraves para o desenvolvimento da indústria e colocavam o operariado numa situação de privilégio, razão pela qual deveriam ser abolidas. Diante dessa incompreensão por parte das chamadas classes conservadoras, resolvi agir sozinho!”.

Getúlio Vargas

(Em outubro de 1935) sobre a reunião,
com líderes da indústria e do comércio,
em Petrópolis (RJ).

Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini

Sede Nacional Brasília

SAFS, Quadra 02, Lote 02/03
CEP: 70.042-900 - Brasília-DF
Tel: (61) 3224-9139 / 3224-0791
www.pdt.org.br
secretarianacional@pdt.org.br
Twitter: pdt_nacional

Sede Nacional Rio de Janeiro

Rua do Teatro, 39 -2º andar, Centro
CEP: 20.050-190, Rio de Janeiro-RJ
Tel: (21) 2232-0121 / 2232-1016
www.flp-ap.org.br
www.ulb.org.br
secretaria@flb-ap.org.br

